

**“PELO SALUTAR MANEJO DA ENXADA E DO ARADO”: O CORREIO DA LAVOURA E A CAUSA DA INSTRUÇÃO EM NOVA IGUAÇU (1917-1950)**Amália Dias<sup>1</sup>**RESUMO**

O artigo examina o projeto político e educacional veiculado pelo jornal *Correio da Lavoura*, fundado no distrito sede do município de Iguaçu, em 1917. Trata-se de uma cidade que se tornou importante polo agroexportador do Estado, a partir dos anos de 1920, e que obteve atenção das forças políticas estaduais e federais no pós-1930. As bandeiras proclamadas pelo jornal foram a defesa da lavoura, da higiene e da instrução, que eram definidas como essenciais para o desenvolvimento local. É possível afirmar que o Jornal atuava na defesa de um projeto de hegemonia ruralista dos usos do território, no qual a escolarização e a instrução agrícola eram valorizadas como meios de construção de uma nova ordem econômica para a região.

**Palavras-chave:** Imprensa; ruralismo; instrução agrícola.

**ABSTRACT**

This article examines the political and educational project driven by the newspaper *Correio da Lavoura* founded in the administrative district of the municipality of Iguaçu, RJ, in 1917. Beginning in 1920, Iguaçu became a vital agricultural exporting hub of the state, gaining the attention of state and federal political forces after 1930. That newspaper proclaimed the city's defense of farming, hygiene, and education, which were defined as essential to local development. It can be argued that the newspaper acted in defense of a rural hegemony project concerning the use of the territory, in which schooling and agricultural education were valued as means of building a new economic order for the region.

**Keywords:** Press; ruralism; agricultural education.

---

<sup>1</sup> Professora Adjunta da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (FEBF-UERJ).

Entre 1917 e 1935, estima-se que 45 jornais haviam sido criados em Nova Iguaçu, distrito-sede do município de Iguaçu,<sup>2</sup> mas apenas um não havia sido extinto: o *Correio da Lavoura* (LOUVÁVEL ESFORÇO. Jota Hess, 28 mar 1935). Na opinião dos colaboradores do Jornal, isto era devido à condução impressa ao semanário por seu fundador, o capitão Silvino de Azeredo. Em sucessivas ocasiões, ratificava-se a linha “independente”, “apartidária” adotada no semanário, compromissado “apenas” com o programa de objetivos inscrito na primeira edição: a defesa da lavoura, da higiene e da instrução (NOSSO OBJETIVO, 22 mar. 1917). Estas causas flamavam como ferramentas de edificação do desenvolvimento econômico e do progresso. Mais do que isso, se instrução e higiene eram indispensáveis para a superação da crise agrícola, o eram, também, para o soerguimento do país em nação. Por este programa acreditava-se defender os interesses do povo do município e contribuir para a grandeza da pátria e da terra fluminense no pós-abolição.

Situar-se como “órgão independente” era, ainda, uma estratégia de distinção e de afirmação de relativa autonomia face às oscilações e acordos da política local em Iguaçu. Enquanto congregava sujeitos e setores que procuravam mobilizar a defesa da lavoura para os destinos do município, o jornal permite ver uma experiência de parte da sociedade civil organizada, que utilizava a imprensa como plataforma de ação. Recupera-se, por meio do Jornal, a campanha promovida de incentivo à lavoura e como esse movimento era realizado. Porque, de fato, Nova Iguaçu integrou, pela via da citricultura, uma estratégia ruralista de recuperação econômica do estado do Rio de Janeiro. As funções econômicas, políticas e sociais atribuídas à escolarização da população revelam as disputas pela subordinação das agências de poder local, da população trabalhadora e das agências da sociedade civil aos interesses dos produtores e comerciantes da citricultura. Não é possível compreender os diferentes movimentos de gestação da *Nova Iguaçu* sem conhecer as funções atribuídas à educação e atentar para as distinções entre a propaganda pela citricultura e a manutenção de precariedades e contradições que assolavam a vida da população.

---

<sup>2</sup>Ao longo do texto, conforme o período a que se refere, utiliza-se Iguaçu para o município (até 1938) e Nova Iguaçu para o distrito-sede, a partir de 1916. Todo o município passaria à denominação de Nova Iguaçu, provisoriamente pelo Decreto-lei n. 392-A, de 31 de março de 1938, e definitivamente a partir da reforma da divisão territorial do estado do Rio de Janeiro, pelo Decreto n. 641 de 15 de dezembro de 1939. Coleção de Leis do Estado do Rio de Janeiro. APERJ.

Mas quem era o capitão Silvino de Azeredo e por que este programa? Como a fundação do Jornal poderia contribuir para o progresso do município?

É pertinente examinar a função intelectual exercida por Silvino de Azeredo, nascido na Vila de Iguaçu em junho de 1859. As fotografias do capitão<sup>3</sup> Silvino de Azeredo, assim como de seus familiares e de alguns colaboradores, alertam para uma condição nunca mencionada nas edições do impresso: são intelectuais negros.

Quando fundou o *Correio da Lavoura*, o capitão Silvino Hypolito de Azeredo Coutinho tinha a idade de 58 anos e uma trajetória intelectual relevante. Notas biográficas esparsas, comentários e homenagens feitos por colaboradores do jornal revelam parte de seu percurso, que passou por diversas instituições de ensino e de formação profissional. No efervescente período político da década de 1880, Silvino circulava pelo Rio de Janeiro, ensinando matemática no Liceu Literário Português e trabalhando na revisão do *Diário do Brazil*, fundado e dirigido pelo deputado Antônio Alves de Sousa Carvalho. Segundo Lusirene Ferreira (2010), o *Diário do Brazil* era fortemente conservador, antiabolicionista e representava os interesses dos fazendeiros. Silvino de Azeredo também lecionou na Escola Pública em Paty de Alferes por volta de 1891, onde, já casado, dedicou-se à hotelaria e ao ramo de secos e molhados em Tatuí. Em 1904 tornou-se funcionário da Alfândega e voltou ao Rio de Janeiro, estabelecendo-se, em 1908, em um sítio em Maxambomba, sede administrativa do município de Iguaçu (SILVINO DE AZEREDO. Dados biográficos. Por Luiz Martins de Azeredo, 24 mar. 2007). Somente após deixar a função pública, fundou o *Correio da Lavoura*, em 1917.

### **PELA LAVOURA, HIGIENE E INSTRUÇÃO**

Na primeira edição, Silvino de Azeredo assinava os compromissos do jornal: [...]“ Será um jornal sério, próprio para o interior, adequado aos pequenos povoados que vivem em família; dedicado mais ao nobre e honrado lavrador – gente feliz e independente – qual a divisa d’este jornal” (NOSSO OBJETIVO, 22 mar. 1917). Os aniversários do semanário eram lembrados em edições comemorativas. Nessas ocasiões, o mesmo programa era sempre mencionado, repetido, como a causa que o

---

<sup>3</sup> Não foram localizadas informações sobre a adoção da denominação de “capitão”.

identificava. Além dessa afirmação de continuidade, a análise da publicação, desde a fundação até os anos 1950, comprova a permanência da defesa destes ideais.

Em 1918, Silvino de Azeredo (diretor-proprietário), integrou o grupo que recebeu na cidade o “Comitê de Propaganda pró-lavoura” e participou da mesa de conferência, realizada no edifício da Câmara. Os palestrantes foram o “coronel” Plínio Machado, o advogado Benjamim Magalhães, o “lavrador” Vianna Ferraz e o senhor Francisco Antonio Corrêa. Na conferência, os palestrantes trataram do financiamento da agricultura e compararam o bem-estar do trabalhador do campo face ao operário urbano. O lavrador Viana Ferraz se referiu à falta de recursos “para os da sua classe” e à ausência de caixas de empréstimo para a lavoura. A comissão visitou a redação do *Correio da Lavoura* e Silvino de Azeredo foi parabenizado “pela nobre campanha que se empenhou e feliz escolha do título dado ao jornal” (COMITÊ DE PROPAGANDA PRÓ-LAVOURA, 29 nov. 1917).

Quanto à ação do jornal e dos sujeitos nele organizados, foram diversos os meios de atuação. Em tom prescritivo, colunas como “Calendario do Agricultor” e “Seção Agrícola” informavam sobre quais gêneros cultivar, como semear, adubar ou colher, conforme a época do ano e a especificidade regional. Os resultados de pesquisas agrônômicas, sobre o plantio, beneficiamento e comercialização de produtos no país eram arrolados constantemente, assim como as sugestões sobre a adoção dos cultivos de novos produtos: banana; trigo, milho, arroz, por exemplo. O trato com as criações de animais e os procedimentos para combater as pragas das lavouras também eram prescritos. É corrente a menção elogiosa e o tom de exemplo a ser seguido de ações adotadas em benefício da lavoura em outras localidades, cidades, estados e países.

Na primeira edição do jornal, figurava um artigo de Francisco Dias Martins sobre a importância do lavrador “inteligente e disciplinado” para obtenção de bons resultados na produção agrícola (A BOA SEMENTE. Dr. Dias Martins, 22 mar. 1917). Francisco Dias Martins integrava os quadros da Sociedade Nacional de Agricultura e foi um dos expoentes das propostas mais detalhadas sobre o ensino agrícola no país durante a Primeira República (MENDONÇA, 1997).

A divulgação de congressos, exposições, eventos, a menção de matérias publicadas em outros periódicos, assim como o registro do recebimento de revistas e

jornais afins consubstanciavam outros expedientes de dar visibilidade ao tema da produção agrícola.

Tendo criado uma folha destinada a “concorrer para o progresso intelectual, moral e material deste município” Silvino de Azeredo estabeleceu e propôs um programa, a ser defendido e realizado, que era uma plataforma de ações (NOSSO OBJETIVO, 22 mar. 1917). Além da iniciativa de fundação da Folha, no seu primeiro número era divulgada a ação particular de Silvino de criação de uma escola primária noturna, gratuita, para adultos (PELA INSTRUÇÃO, 22 mar. 1917). A repercussão desta iniciativa resultou no convite recebido para ser delegado da Liga Brasileira Contra o Analfabetismo. O telegrama transcrito no Jornal, recebido do presidente da Liga, Dr. Antônio Ennes de Souza, também mencionava o médico Luiz Palmier – membro fundador da Liga Fluminense Contra o Analfabetismo - como sócio do diretor Silvino na empreitada, por quem a Liga ficou sabendo da criação da escola (LIGA BRASILEIRA CONTRA O ANALPHABETISMO, 09 ago. 1917).

Cabe situar que o engenheiro politécnico Antônio Ennes de Souza, primeiro presidente da Liga Brasileira Contra o Analfabetismo, foi o idealizador dos comícios agrícolas. Por meio de assembleias e exposições volantes de produtos e implementos agrícolas, os comícios pretendiam incentivar a agricultura e debater as consequências do fim da escravidão na ordenação do trabalho. Da experiência desses comícios, um grupo de 47 pessoas organizou, a partir de 1896, a fundação da Sociedade Nacional de Agricultura (SNA), formalizada em 1897, na qual Antônio Ennes<sup>4</sup> foi também o primeiro presidente (MENDONÇA, 1997, pp. 41-42).

A SNA formou-se por associação de “amigos e lavradores” para “o exame, o estudo e a colaboração para a solução dos problemas dos agricultores, dos pecuaristas e dos industriais das indústrias extrativas correlatas” (ESTATUTOS DA SNA, *apud* MENDONÇA, 2000, p. 5). Entre seus fundadores estavam grandes proprietários diplomados ou docentes da Escola Politécnica do Rio de Janeiro (MENDONÇA, 2000, p. 5). A SNA foi uma grande propulsora do ensino agrícola no país, e propugnou também pela alfabetização e por mudanças na organização dos demais ramos de ensino,

---

<sup>4</sup> O maranhense Antônio Ennes de Souza (1848-1920) diplomou-se em Ciências Físicas e Naturais na Alemanha, foi professor de Engenharia de Minas na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, atuou nas causas republicana e abolicionista, e participou da fundação da Sociedade Brasileira de Ciências, fundada em 1916. (NOFUENTES, 2008, pp. 47-48).

conforme os interesses da lavoura. Há muita semelhança entre o programa do *Correio da Lavoura* e os projetos de incentivo à agricultura desenvolvidos pela SNA.

Alfredo Jardim,<sup>5</sup> colaborador da Folha desde a fundação, ao celebrar o aniversário de Silvino de Azeredo e destacar o espírito combativo do jornalista, justificava a defesa da lavoura como uma opção “natural”:

“E como a agricultura é ainda a base da riqueza nacional e a terra é a mãe carinhosa, cujo seio fecundo se desata em frutos saborosos para regalo do genero humano, era mais que natural que o novo jornal se fizesse defensor dos interesses da lavoura. E assim foi.” (CHRONICA. Alfredo Jardim. 17 jun. 1920).

Ainda que o Jornal fosse publicamente um *Correio da Lavoura*, em campanha pelo desenvolvimento da mesma, sua ação estava ancorada em diagnósticos de *crise* e de *atraso* da lavoura. Pelas páginas do Jornal, era tecida e disseminada uma construção discursiva de um estado de coisas que precisava ser superado. Os recursos de solução também eram arrolados pelo semanário, entre os quais a instrução/educação, em sentido amplo, era a base das soluções.

Nos enquadramentos realizados pelo Jornal, por seus diversos autores, os significados atribuídos ao território rural e ao seu uso pela agricultura moveram-se de forma dialética. Eram perenes as alusões à terra, ao solo e à natureza como fontes de recursos abundantes, profícuos, fecundos para a produção de alimentos, fosse pela agricultura (principalmente) ou pela pecuária. Deste modo, o uso do solo deveria ser necessariamente destinado à agricultura, a fonte da riqueza “nacional”. Observa-se uma fusão entre rural, o território, e a atividade da agricultura como sinônimos, o que sinaliza uma disputa pelo controle do uso do espaço. A questão fundiária é estruturante das relações de poder e isso estava em disputa naquele período de pós-abolição, de surtos industriais no país e, no pós-1930, de consolidação do capitalismo (Cf. OLIVEIRA, 2003). Assim o *Correio da Lavoura*, referindo-se ao programa proposto desde 1917, definia:

“LAVOURA quer dizer augmento de producção, barateamento da vida, opulência do erario nacional, riqueza do productur, em summa, a felicidade humana. São os campos, outr’ora estereis, desatando-se

<sup>5</sup> As informações sobre Alfredo Jardim, que publicou no jornal até 1930, foram colhidas nas citações do *Correio da Lavoura*. Consta que foi jornalista, diretor e proprietário do *Correio de Iguassú*, jornal que antecedeu o *Correio da Lavoura*, onde Silvino de Azeredo também trabalhou.

em estrias de ouro, esmantando-se de flores, ostentando frutos variados e saborosos, tentando a gula dos contemporaneos como na criação do mundo a maçã do Eden despertou a cobiça do homem primitivo...” (O NOSSO ANIVERSARIO, 22 mar. 1921. Grifo no original.)

Assim como se observa no *Correio da Lavoura*, os argumentos sobre a “vocaçãõ eminentemente agrícola do Brasil” foram reiterados pelas classes agrárias no pós-abolição. O diagnóstico de retrocesso na agricultura seria responsável também pelo atraso no desenvolvimento do país, o que tornava, assim, a questão agrária em questão nacional, de interesse de “todos”:

“Ventilando os problemas que se relacionam com a prosperidade da terra iguassuana, com o florescimento do solo fluminense, com a feitura da patria brasileira, partimos das necessidades do povo, dos anhelos da collectividade, e julgamos deste modo corresponder às considerações que o nosso esforço com jubilo vai registrando.” (13 ANNOS. 22 mar. 1930).

Sob esta ótica, aumentar o cultivo derivava prosperidade para o produtor, para os consumidores e para as finanças nacionais. Transformar a “questão agrária”, os problemas e interesses dos proprietários rurais, em problema de interesse “nacional”, resultava exigir o empenho e as finanças dos governos, das agências de Estado, e da própria população no desenvolvimento da atividade. Na construção feita pelo Jornal, defender os “lavradores” (o que foi diversas vezes repetido) significava defender a totalidade, o coletivo, o povo:

“Cumprindo, pois, à risca, um programma que bem concretisa o ideal de um povo, o nosso jornal se vem batendo denodadamente pela difusão do ensino, pela intensificação da instrucção ainda tão deficiente em nosso paiz; tem sido tambem o protector da lavoura desamparada e o defensor accerrimo de todas as causas justas cuja natureza se relacione com os interesses mais vitaes dos pequenos lavradores. Quanto à Hygiene, a sua campanha tem sido proveitosa, não se descuidando jamais de aconselhar e incentivar o esforço do nosso Governo, em proveito da saude dos nossos conterrâneos.” (O NOSSO 5º ANIVERSÁRIO, 22 mar. 1922).

É pertinente destacar a organização da SNA e do Jornal *Correio da Lavoura* como organizações da sociedade civil que agregavam pessoas, articulavam interesses e produziam opiniões sobre as virtudes e mazelas da atividade agrícola. Eram recursos pelos quais os grupos agrários e seus partidários buscavam disseminar e defender a sua própria visão de mundo, seus interesses, requerendo a inscrição de suas demandas

nas agências da sociedade política, procurando adquirir o auxílio financeiro, econômico e político do Estado para os próprios interesses.

Para além da campanha promovida pelo *Correio da Lavoura*, parte da história do município de Nova Iguaçu apreende-se pelo desenvolvimento da citricultura na região, que foi o principal produto da economia em alguns distritos de Nova Iguaçu entre as décadas de 1920 e 1940. O cultivo e a comercialização da laranja em Iguaçu foram incentivados pelo governo do Rio de Janeiro, em prol da recuperação econômica do estado.

Em 1916, por iniciativa do deputado estadual Manoel Reis<sup>6</sup>, foi aprovado o projeto de lei que mudou, de Maxambomba para “Nova Iguassú”<sup>7</sup>, o nome da nova sede administrativa do município de Iguaçu. Compreende-se que a mudança da sede administrativa em 1916 e as transformações ocorridas pela implantação da citricultura foram marcos na configuração da história de Iguaçu, com repercussões importantes sobre os projetos e sentidos atribuídos para a instrução escolar no município e para os rumos impressos ao desenvolvimento do lugar.

Na Primeira República, o estado do Rio de Janeiro não possuía a importância econômica nem a relevância política que exerceu durante o Império. Os projetos assumidos por sucessivos governos para a superação da crise econômica enfatizaram a “tradição agrarista” da região, pela promoção das atividades agropastoris (FERNANDES, 2009, p. 18). Mesmo após a Revolução de 1930 e a recomposição das forças políticas no Estado Novo, a recuperação econômica pela atividade agropastoril perdurou na agenda do estado, e a exportação de laranjas era um dos principais pilares da economia estadual. Entre 1931 e 1937, ocorreu o crescimento da produção anual de alimentos como o arroz, a batata, o feijão e a mandioca, para consumo no próprio estado, enquanto a Baixada Fluminense destacou-se na produção de laranjas para exportação: “Em 1934, a laranja representava o principal item da arrecadação estadual” (PANTOJA, 1992, p. 15).

Em sua análise sobre o ruralismo, Sônia Regina de Mendonça (1997) prioriza os significados que a vocação agrícola assumiu nas práticas e discursos das frações não

---

<sup>6</sup>Manoel Reis nasceu em Nova Iguaçu. Foi deputado federal entre 1912 e 1914. Foi deputado estadual e vereador em Iguaçu, e presidente da Câmara Municipal no ano de 1917, e novamente deputado federal pelo Rio de Janeiro de 1919-1923.

<sup>7</sup> Lei n. 1.331, de 9 de novembro de 1916.

pertencentes ao eixo paulista (que era núcleo hegemônico da classe dominante agrária, em função da cafeicultura). No interior das frações secundarizadas no bloco de poder agrário, a adoção da diversificação da produção – em oposição à hegemonia do café - foi propalada como saída para a “crise”. A diversificação produtiva e o fomento ao consumo interno dos gêneros produzidos foram divulgados como recursos menos vulneráveis às oscilações do mercado internacional.

O jornalista Alfredo Jardim, colaborador no *Correio da Lavoura*, fazia coro a essas demandas que foram assumidas no estado do Rio de Janeiro: “Precisamos deixar por completo a monocultura e mesmo emancipar-nos dos mercados norteamericano e argentino” [...] Argumentava que todos os ramos da produção, como o comércio e a indústria, precisavam da agricultura: “É necessario repetir com insistencia em voz alta que, sem o trabalho dos campos, não poderá prosperar nenhum outro ramo de actividade humana” (CHRONICA. Alfredo Jardim, 07 mar. 1918).

Para que a produção agrícola alavancasse o progresso, o discurso da modernização dos meios de produção foi acionado pelos grupos agrários. A lavoura arcaica, identificada com o passado colonial, devia ser superada por uma moderna agricultura. Trata-se ao mesmo tempo, de defender, pela ação política, a reorganização da cultura para um novo modo de produção. Cultura, economia e política, dimensões imbricadas para fazer face aos novos contornos do pós-abolição, do capitalismo, do urbanismo e da industrialização. No discurso do *Correio da Lavoura*, o rompimento com a lavoura arcaica se construía à medida que a agricultura era propagandeada como *indústria*, como a principal indústria do país, a pioneira, da qual dependeriam todos os outros ramos.

A campanha promovida pelo jornal buscava produzir um consenso sobre a importância econômica da agricultura. Apropriando-se do discurso da mecanização da lavoura, da adoção de novos métodos de cultivo e beneficiamento, buscava-se assegurar a manutenção daquela atividade econômica, reorganizada em novas bases. Mas, como se tratava de um problema de interesse “nacional”, do Estado deveria advir uma série de auxílios à lavoura. E a agenda era extensa.

O Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC) era o principal condutor da projeção política das frações dominadas no conjunto dos grupos agrários dominantes do país. A recriação do MAIC foi uma demanda da SNA, através do qual

procurou relacionar-se para intervir por meio da sociedade política. Essa agência representava o esforço desses setores em construir canais de ação junto ao Estado, de se inserir dentro da estrutura estatal, fazer-se Estado, e defender suas demandas para além das diretrizes da cafeicultura paulista. A criação do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, em 1910, e sua condução nas décadas seguintes demonstram estreita relação com a SNA.

No interior do Ministério da Agricultura eram criados serviços de fomento à agricultura, organizava-se a distribuição de sementes para novas experiências, eram realizados, com o apoio da SNA, congressos e exposições dos produtos. O desenvolvimento de uma nova ordem de saberes acerca da produção também se colocava, porque foi valorizado o uso de pesquisas e estudos sistemáticos sobre as práticas. A aquisição e o desenvolvimento de saberes que tornassem o empreendimento mais seguro em seus resultados, conferindo maior qualidade aos produtos e maior volume de produção, era pauta do projeto de “modernização” da agricultura. Foi valorizada a figura do agrônomo, o especialista, o técnico como o detentor do discurso legítimo, o portador dos saberes e das orientações para a condução dos procedimentos na produção e solução de problemas. Em meados dos anos de 1920, já se buscava a regulamentação da profissão no Brasil, por iniciativa do Ministério da Agricultura (O ENSINO AGRONOMO NO BRASIL. 11 jun. 1925).

Pelas páginas do *Correio da Lavoura*, muito se propagava da importância de técnicos e agrônomos. Mas as medidas para solucionar a “crise” e o “atraso” não se restringiam à transformação da produção pela adoção de mecanismos e métodos mais eficazes, resultantes de pesquisas e da orientação técnica dos agrônomos. Era necessária a intervenção, ainda, sobre as condições do território a ser cultivado e sobre a formação da população para o trabalho em atividades rurais.

#### **PELO SALUTAR MANEJO DA ENXADA E DO ARADO**

Além dos incentivos governamentais, um ponto fundamental do projeto ruralista era a fixação da mão de obra no campo. As frações agrárias secundarizadas não tinham recursos para implementar a imigração estrangeira, optando pela colonização do elemento nacional.

Procurava-se atrair o trabalhador para a agricultura disseminando ou ressignificando as oposições entre a vida urbana e a vida rural. Por exemplo, no artigo “O horror da roça”, o autor “Helius” (codinome) ponderava que as condições de vida do trabalhador do campo eram mais seguras e saudáveis, porque aquele recebia abrigo, comida e trabalho na lavoura. A defesa de braços para a lavoura é evidente:

“A terra, essa mãe sempre fecunda, esse cofre de thesouros nunca esgotados, sempre dá a quem lhe péde, sempre paga com juros aquilo que a ella se confia. O paiz passa por uma crise medonha actualmente, temos a fome às portas. [...] A lavoura acolhe quem a procura, porque não devemos procural-a? Mas tambem, porque os nossos homens publicos não estimulam, não ajudam, não olham como merecem, aos lavradores e agricultores?” (O HORROR DA ROÇA, 06 set. 1917).

Neste artigo são refutadas as opiniões que desmerecem o trabalhador rural ao caracterizá-lo como um “rústico, um roceiro, um tabaréu” (O HORROR DA ROÇA, 06 set. 1917). Mas, em outros momentos, através da propaganda ruralista, era pertinente afirmar a situação de precariedade em que se encontrava o trabalhador rural e seu entorno. Além de escasso, este trabalhador também não era produtivo. Isto porque era afanado de suas potencialidades devido às doenças contraídas, à falta de estrutura sanitária adequada e à presença majoritária do analfabetismo na população. Em consonância com outros discursos vigentes, emanados de diversos setores sociais, até urbanos, era preciso reformar este brasileiro em suas condições físicas e cognitivas. Pelas ideias estabelecidas, tanto o trabalhador rural quanto a lavoura estavam abandonados pelos poderes públicos, o que resultava na “crise” e no “atraso” da agricultura.

Sob essa ótica, a fundação da Liga Pró-Saneamento do Brasil, em 1918, também foi muito comemorada nas páginas do *Correio da Lavoura*. É pertinente destacar que a liga foi instalada na sede da Sociedade Nacional de Agricultura, segundo a matéria, que também atribuía a organização da campanha aos esforços do médico Belisário Penna, que obteve mais adeptos após a publicação do livro *Saneamento do Brasil*. A Liga Pró-Saneamento do Brasil tinha por fim “extinguir as molestias de character endemico que dizimam as populações do interior do Brasil, por meio da distribuição gratuita dos medicamentos apropriados” (O SANEAMENTO DO BRASIL, 21 fev. 1918). Esta foi uma das agências que defendeu a ideia de que a

situação de abandono dos sertões constituía uma ameaça, tão relevante ao progresso nacional, que necessitava da intervenção urgente do governo federal, no âmbito do saneamento e da saúde (NOFUENTES, 2009, p. 65). Esperava-se, através do saneamento, tornar produtivas para a agricultura áreas insalubres do território e combater epidemias que tornavam menos produtiva a população. O saneamento e a profilaxia complementavam um projeto pedagógico para o território rural e suas populações.

O Correio da Lavoura conclamava à realização da “Cruzada Santa”, isto é, o combate ao analfabetismo e a difusão da instrução, a ser levados a efeito por todos os setores sociais, a despeito da morosidade dos governantes. Mas o que é específico deste discurso são as aproximações e recuos que vão se constituindo na relação entre instrução primária e educação rural:

“O resurgimento do Brasil promanará da sua instrução. As escolas proliferam nas cidades e capitaes. Necessitamos de escolas ruraes em todos os recantos das zonas productoras do paiz, onde, com o salutar manejo da enxada e do arado seja introduzido o ‘a b c’. Não se trata de fabricar bachareis, mas sim de preparar cidadãos conscientes, cumpridores de seus deveres político-sociaes, e que compreendam a grandeza do nosso invejavel paiz.” (CRUZADA SANTA, 23 out. 1919).

Ainda que fosse defendida a obrigatoriedade da instrução primária para o combate ao analfabetismo (CHRONICA. Alfredo Jardim, 09 set. 1920), havia diretrizes a serem impressas a esse ensino. Assim, o ensino primário livresco era combatido porque não preparava para o trabalho no campo. Ao contrário, segundo o jornal, formava pessoas mais propensas ao urbanismo.

Para além das mudanças introduzidas na ordenação do território, na administração política local e na promoção de infraestrutura para a produção, a aquisição de saberes sobre a agricultura e a formação dos diversos tipos de trabalhadores agrícolas constituíam o cerne de um projeto de disseminação de uma nova ordem social para o mundo rural. E esses saberes, as novas técnicas, as pesquisas deveriam ser empregados no processo produtivo; ou seja, sua adoção já devia resultar em resultados práticos na produção. Concomitantemente, reorganizava-se a cultura e a produção na gestação de uma nova civilização rural e moderna, porque científica. A especificidade da função da instrução nesse cenário era a imediata aplicação desses

novos saberes que deveriam ser dominados e difundidos, daí a centralidade do ensino agrícola.

Em 1922, o *Correio da Lavoura* assinalava a necessidade de conquistar a adesão dos trabalhadores rurais para adoção das novas técnicas de cultivo, alegando que havia dificuldades em compatibilizar o “nosso lavrador”, o “sertanejo” com os “modernos doutrinamentos agrícolas”, porque aqueles resistiam em abandonar suas rotinas: “Todo o esforço, no sentido de arrancar ao sertanejo as suas idéas rotineiras e de fazel-o um cidadão util, esbora-se de encontro a multiplas hostilidades” (ENTRAVES A PROPAGANDA AGRÍCOLA, 22 jun. 1922):

“Por isso tão somente o doutrinamento agricola e sanitario popular não pode preceder o ensino primario. Antes de tudo, pois, devem as autoridades governamentais derramar pelos sertões a indispensavel luz, como base, onde apoiar-se-á então, uma nova casta de agricultores mais forte e mais consciente. Sem esse ponto fundamental, todas as propagandas, em prol de ensinamentos populares, não surtirão o almejado effeito.” (ENTRAVES A PROPAGANDA AGRÍCOLA, 22 jun. 1922).

Pela higiene, pelo saneamento e pela instrução argumentava-se favorecer uma população rural em situação de “abandono”, “atrasada”, a fim de inseri-la em um projeto de ordenação do campo que interessava à manutenção da dominação dos setores agrários e de suas atividades econômicas: “A elevação moral das *massas rurais inertes* era o pretexto para um projeto de educação agrícola destinado a legitimar um novo tipo de intelectual qualificado a intervir sobre o espaço social rural” (MENDONÇA, 2000, p. 10, grifos da autora).

Silvino Silveira, que foi um assíduo colaborador do jornal por décadas, engrossava o coro: “A educação é a chave de todos os problemas sociais”. Lembrava que há cinco anos ele repetia no *Correio da Lavoura* que “Rumo ao campo” deveria ser a legenda das escolas, porque a riqueza oriunda da agricultura é o fundamento da “evolução social”. O cerne de suas ideias relacionava o desenvolvimento da lavoura com o progresso da sociedade:

“O abandono dos campos – é o perecimento da agricultura, é a miseria do paiz, é a impossibilidade de qualquer tentativa de progresso moral ou intellectual, pois a riqueza é a pedra angular de toda evolução social. A agricultura, podemos dizer, é o ‘nó vital’ de todo o organismo politico. Si ella soffre ou perece, perecem e

soffrem as industrias e o commercio, soffre e perece a nação inteira.”  
(O ENSINO AGRICOLA, 21 dez. 1922.).

Citava, duas vezes, Assis Brasil, autor da obra *Cultura dos Campos*, retomando os argumentos de que os estudantes deveriam voltar-se para o cultivo da terra, ao contrário de pretenderem empregos públicos. Joaquim Francisco de Assis Brazil foi um precursor do ruralismo brasileiro. Foi atuante na propaganda pela diversificação da produção agrícola e pecuária no país. Demonstrava muito interesse pelo modelo norte-americano de produção baseado na agricultura científica (MENDONÇA, 1997).

Assim, a formação especializada de técnicos e agrônomos era preconizada como necessária para difundir esse novo modo de produção, essa nova mentalidade acerca da produção. Além da criação de instituições para o ensino agrícola, havia uma hierarquização das funções realizadas de modo que, segundo Artur Torres Filho, um dos ícones do movimento, em obra sobre o ensino agrícola no Brasil, “... a ciência caiba ao agrônomo; a arte, ao chefe de culturas; e o ofício, ao trabalhador rural” (TORRES FILHO, 1926, *apud* MENDONÇA, 2000, p. 10).

Esses argumentos estavam constantemente presentes no *Correio da Lavoura*. Em artigo sem assinatura intitulado, “Ensino Agrícola pratico”, ponderava-se que no Brasil, de onde a riqueza emana da terra, era fundamental cuidar do ensino agrícola, constituindo “problema vital da economia nacional” a instrução da mocidade que vive no campo. Argumentava-se que a falta de “trabalhadores adestrados e capazes” era um dos entraves ao “desenvolvimento de nossas industrias ruraes”. Dever-se-ia, então, difundir o ensino agrícola práctico nas zonas rurais para formação “do homem que conhece praticamente os trabalhos ruraes e sabe executa-los e que é uma especie de intermediario indispensavel entre o technico que dirige e o trabalhador braçal, que age apenas pela sua força physica” (ENSINO AGRICOLA PRATICO, 28 ago 1932). Os estabelecimentos como aprendizados e patronatos deveriam servir a esse tipo de formação do trabalhador braçal, porque destinavam-se a ministrar “um ensino racional, mas limitado à capacidade mental e ao preparo geral do educando”. Concluía-se que: “Encarado como essencialmente de applicações immediatas, o ensino agrícola pratico preparará, sem duvida, homens sem pretensões, porem conscientes de seu saber pratico e de sua aptidão para o trabalho agrícola” (ENSINO AGRICOLA PRATICO, 28 ago. 1932).

Afinado com um projeto específico de sociedade, oriundo de setores das classes agrárias, no programa de ensino agrícola defendido por esses setores, tanto a infância quanto os adultos eram alvos de projetos que procuravam convencer, pela educação, sobre a importância do trabalho agrícola, orientado em novas bases. Em artigo transcrito no *Correio da Lavoura*, o professor Graccho Cardoso, da Escola Superior de Agricultura, debatia o ensino agrícola extensivo: “O ensino agrícola antes de ser ensinado cumpre que seja compreendido” (PELO ENSINO AGRICOLA EXTENSIVO. Graccho Cardoso. 28 jul. 1932).

Argumentava sobre a importância de diversos fomentos para a produção, como a infraestrutura para o escoamento dos gêneros, a organização do crédito, de cooperativas e do sindicalismo rural, mas que o corolário de todos os incentivos era a “sistematização e generalização do ensino técnico profissional”. Assim, considerava que já não seria necessário discutir a importância da atuação dos poderes públicos no progresso agrícola, para a prosperidade das nações. Contudo, nesse tema, pouco havia sido feito: “fallece-nos estímulo científico e orientação prática agrônômica” (PELO ENSINO AGRICOLA EXTENSIVO. Graccho Cardoso. 28 jul. 1932).

Lembrava que havia 20 anos defendia que a instrução primária não poderia se limitar a noções elementares de instrução geral, mas deveria iniciar a criança nos princípios da profissionalização futura. Ponderava que o governo colaboraria se o ensino atraísse a atenção das crianças para o campo, “por maneira a inculcar-lhe à inteligência mal desperta as virtudes e compensações da vida do campo, habitua-lo, enfim, com as plantas, os animais domésticos, as indústrias agrícolas da região.” (PELO ENSINO AGRICOLA EXTENSIVO. Graccho Cardoso. 28 jul. 1932).

Contudo, segundo o professor, a escola primária não satisfazia a esse critério. A educação para o campo, tanto da criança quanto do trabalhador fora da idade escolar, exigiria métodos especiais de alcance e sucesso. De maneira que o ensino extensivo, de caráter prático e destinado à disseminação sistemática, de generalização progressiva pelas massas rurais, seria o indicado:

“No estado social moderno a riqueza econômica depende de que o trabalho evolua pela transformação do trabalhador. Engenhemos as reformas que bem quisermos, melhoramos, como bem imaginarmos, a técnica agrônômica, introduzamos os inventos mais recentes, fundemos gabinetes, laboratórios, museus, estações experimentais,

ponhamos a funcionar os aparelhos mecanicos mais minimamente acabados, tudo será de balde sem o preparo rudimentar daquele que lava e semeia o solo, isto é, se a mente do operario agricola não estiver desbravada para que possa perceber a razão das operações que realiza” (PELO ENSINO AGRICOLA EXTENSIVO. Graccho Cardoso. 28 jul 1932).

Em 1936, Renato S. Fleury, autor da *Cartilha Rural de Alfabetização*, lançada no ano anterior, publicava no *Correio da Lavoura* o artigo “Que é ruralismo”. Defendia que a educação da infância deveria ter sentido “marcadamente ruralista” (QUE É RURALISMO, Renato Fleury, 10 dez. 1936). O ruralismo pretendia o “progresso das zonas ruraes” e em consequência a elevação do “padrão da existencia roceira”. Para isso seriam necessários saneamento rural, facilitação de transportes e comunicação, “renovação dos processos de trabalho agrario”, além de “polycultura, reflorestamento, cooperativismo, industrias agricolas e pastoris”. Inscrevia sob a rubrica do ruralismo “tudo que se refere à vida do campo e tudo quanto coutribue, directamente, para melhora-la”. Contudo, uma palavra resumia o problema: “a ‘educação’. Mas educação rural, capaz de orientar exclusivamente para as actividades campezinias.” Nesse sentido, o ruralismo era uma oposição ao urbanismo, o mal que respondia “pela situação de impasse da civilização contemporanea” (QUE É RURALISMO, Renato Fleury, 10 dez. 1936).

O professor fazia coro às críticas aos administradores, aos prefeitos municipais que embelezavam as cidades enquanto abandonavam os campos: “Occupemo-nos dos nossos homens do campo, lavradores e criadores porque é nos braços desses verdadeiros heroes que se esteia o futuro desta immensa patria” (QUE É RURALISMO, Renato Fleury, 10 dez. 1936).

Em função da situação, a “sociologia rural” procurava resolver os problemas do campo, contando com a colaboração de higienistas, engenheiros, médicos, dentistas, agrônomos, técnicos industriais e dos sacerdotes, “porque todos têm participação nessa obra grandiosa de salvação”. Contudo, caberia à escola rural a base do trabalho: “Mas o embasamento desse trabalho gigantesco está na escola rural. É ao professor da roça que incumbe orientar as populações ruraes para que elevem seu padrão de vida” (QUE É RURALISMO, Renato Fleury, 10 dez. 1936). Dessa forma, ocorria a atribuição de uma função social específica para a escola rural, que seria a

promoção de um nova ordenação social para campo, a fim de assegurar a manutenção das atividades agrícolas e pastoris.

É fundamental perceber, neste projeto de reordenação das relações de produção no campo, a relevância da instrução da população campesina, em sentido amplo. Cabe retomar o pensamento de que a educação equivale às operações fundamentais da hegemonia (BUTTIGIEG, 2003, p. 47), que são meios pelos quais a concepção de mundo e os valores de um grupo são difundidos, reforçados e estimulados “capilarmente” pela sociedade, tornando-se hegemônicos.

Compartilhamos da percepção de que o poder não é exercido apenas e pela coerção, mas pela capacidade da classe dominante de obter e manter seu poder por sua capacidade de produzir e organizar o consenso e a direção econômica, política, intelectual e moral da sociedade (ACANDA, 2006).

Dentro do movimento ruralista, a instrução primária e a agrícola eram meios para “desbravar” a mente do trabalhador, convencê-lo dos benefícios da adoção de novas práticas de cultivo, do interesse pelo trabalho no campo. Sob essa perspectiva, a educação atua na divulgação e interiorização do arcabouço ideológico das classes hegemônicas, transformando valores particulares em senso comum. Com base na afirmação de que “toda relação de hegemonia é necessariamente uma relação pedagógica” e que toda conceituação de educação é necessariamente uma estratégia política (GRAMSCI, 1981: p. 38), compreende-se os esforços do *Correio da Lavoura* e dos intelectuais da SNA em sustentar a bandeira da instrução agrícola da população.

O *Correio da Lavoura*, pelos intelectuais que reunia em sua redação, pelo espaço destinado ao tema, exercia a propaganda ruralista no município de Nova Iguaçu. Na construção da hegemonia, a imprensa é um recurso de defesa de propostas e visões de mundo, e sua ação busca disseminá-las. É notável o jornal exercer essa função educativa pela forma como, por seus artigos, viabilizava a voz e a prática de sujeitos e experiências que buscavam construir o ruralismo, enquanto ele mesmo atuava pedagogicamente no município. E isso não ocorria de modo aleatório, porque os setores letrados daquela sociedade, mas, também, os que podiam ouvir comentários, conversas etc. sabiam da função da imprensa enquanto partido de interesses, plataforma de defesas e combates, como já haviam demonstrado as campanhas abolicionista e republicana.

Tanto Silvino de Azeredo quanto seus colaboradores já tinham larga experiência no ambiente literário do Distrito Federal. Principalmente Silvino Silveira e Alfredo Jardim, que foram os intelectuais mais constantes no jornal no período em foco, eram sempre mencionados e elogiados como antigos jornalistas e mostravam-se convencidos do poder instrutivo da imprensa. No caso da imprensa, seu uso agrega significado à crença disseminada sobre a capacidade da instrução de expurgar os problemas da sociedade e de modificar situações.

A comparação entre a instrução escolar e a função da imprensa, elaborada por Silvino Silveira, é sintomática dos interesses em atuar na imprensa. Por ocasião do aniversário do semanário e da inauguração de uma nova coluna, Silvino Silveira comentava a importância da invenção da imprensa, sua capacidade de instruir, informar, dar a ver as mudanças em diversos campos, e de sua disseminação na sociedade:

“Influe na educação domestica por essa continua convivencia, por essa intervenção avassaladora de todo jornalismo, com a mesma força absorvente com que as lições de um educador são capazes de operar, por meio de methodico trabalho de indução, sensível modificação de indole no caracter de seus educandos” (A LAPIS – O ANIVERSARIO DO CORREIO. 22 mar. 1926).

O exame dos debates e práticas sobre a instrução rural naquele distrito desvela a função social da escola para esses grupos e como as categorias do rural e do urbano eram significadas; como as concepções sobre elas eram disputadas e modificadas, conforme os interesses em jogo se organizavam. Longe de definições estanques, elas ganham nuances e usos diferentes no tempo e conforme o enunciador, se contradizem, rivalizam ou são sobrepostas.

A instrução não aparecia somente nas notícias diretamente relacionadas ao assunto. O tema comparecia como argumento, solução, ou a sua ausência era sintoma das razões, quando se abordavam outros problemas cotidianos da população da cidade, do país e da lavoura. A campanha pela instrução agrícola pode ser acompanhada pelo que era divulgado em termos de acontecimentos e mobilizações, mas também é possível observar como ela era realizada pelo próprio Jornal, através de seus artigos.

Em função do programa anunciado desde o primeiro número, em 1917, de lutar pela lavoura, higiene, instrução, os temas acerca da instrução, do ensino e da educação são fartamente encontrados nas páginas do semanário. A partir do exame do que, no curso do tempo, é publicado sobre instrução agrícola, apreendem-se quais sujeitos são legitimados a expor sobre o assunto, as visões de mundo divulgadas, as experiências recomendadas, as iniciativas para o ensino agrícola. O que o exame das matérias demonstra é que os debates e as experiências sobre instrução agrícola noticiados guardam vínculo com as representações sobre o ensino regular e a construção do movimento ruralista no distrito-sede, pela citricultura.

#### **FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**

13 ANNOS. *Correio da Lavoura*, Nova Iguaçu, Ano XIV, n.679, 22 mar. 1930.

A BOA SEMENTE. Dr. Dias Martins, *Correio da Lavoura*, Nova Iguaçu, Ano I, n. 1, 22 mar. 1917.

A LAPIS – O ANNIVERSARIO DO CORREIO. *Correio da Lavoura*, Nova Iguaçu, Ano X, n. 471, 22 mar. 1926.

ACANDA, Jorge Luís. *Sociedade Civil e Hegemonia*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

BUTTIGIEG, Joseph A. Educação e hegemonia. In: COUTINHO, Carlos Nelson (Org.). *Ler Gramsci, entender a realidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, pp. 39-49.

COMITÊ DE PROPAGANDA PRÓ-LAVOURA, *Correio da Lavoura*, Nova Iguaçu, Ano I, n. 37, 29 nov. 1917.

CHRONICA. Alfredo Jardim. *Correio da Lavoura*, Nova Iguaçu, Ano IV, n.170. 17 jun. 1920.

CHRONICA. Alfredo Jardim, *Correio da Lavoura*, Nova Iguaçu, Ano I, n. 51, 07 mar. 1918.

CHRONICA. Alfredo Jardim. *Correio da Lavoura*, Nova Iguaçu, Ano IV, n.182, 09 set. 1920.

CRUZADA SANTA. *Correio da Lavoura*, Nova Iguaçu, Ano III, n.136, 23 out. 1919.

ENSINO AGRICOLA PRATICO. *Correio da Lavoura*, Nova Iguaçu, Ano XVI, n.803, 28 ago. 1932.

ENTRAVES A PROPAGANDA AGRICOLA. *Correio da Lavoura*, Nova Iguaçu, Ano VI, n. 275, 22 jun. 1922.

FERNANDES, Rui Aniceto Nascimento. *Historiografia e identidade fluminense*. A escrita da história e os usos do passado no Estado do Rio de Janeiro entre as décadas de 1930 e 1950. Doutorado em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

FERREIRA, Lusirene Celestino França. *Nas asas da imprensa: a repercussão da abolição da escravatura na província do Ceará nos periódicos do Rio de Janeiro (1884-1885)*. São João del-Rei, 2010. Dissertação (Mestrado em História). Departamento de Ciências Sociais. Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei, 2010.

GRAMSCI, Antonio. *Concepção Dialética da História*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

LIGA BRAZILEIRA CONTRA O ANALPHABETISMO. *Correio da Lavoura*, Nova Iguaçu, Ano I, n. 21, 09 ago. 1917.

LOUVÁVEL ESFORÇO. Jota Hess. *Correio da Lavoura*, Nova Iguaçu, Ano XIX, n. 940, 28 mar. 1935.

MENDONÇA, Sônia Regina de. Mundo rural, intelectuais e organização da cultura no Brasil: o caso da Sociedade Nacional de Agricultura. *Mundo Agrario. Revista de estudios rurales*, La Plata, v. 1, n. 1, dic. 2000. Disponível em:

[http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1515-59942000000200002&lng=es&nrm=iso](http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1515-59942000000200002&lng=es&nrm=iso). Acessado em 13 jan. 2012.

MENDONÇA, Sônia Regina de. *O Ruralismo Brasileiro*. (1888-1931). São Paulo: Editora HUCITEC, 1997.

NOFUENTES, Vanessa Carvalho. Estratégias para a formação da pátria: as Ligas como lugar de mobilização social durante a Primeira República. *Revista Eletrônica Cadernos de História*, vol. VIII, ano 4, n.º 2, dezembro de 2009. Disponível em [www.ichs.ufop.br/cadernosdehistoria](http://www.ichs.ufop.br/cadernosdehistoria). Acessado em 10/01/2010.

NOFUENTES, Vanessa Carvalho. *Um desafio do tamanho da nação: a campanha da Liga Brasileira Contra o Analfabetismo (1915-1922)* Dissertação (Mestrado em História), Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

NOSSO OBJETIVO. *Correio da Lavoura*. Nova Iguaçu, Ano I, n. 1, p. 1, 22 mar. 1917.

O ENSINO AGRICOLA, *Correio da Lavoura*, Nova Iguaçu, Ano VI, n. 301, 21 dez. 1922.

O ENSINO AGRONOMO NO BRASIL. *Correio da Lavoura*, Nova Iguaçu, Ano XI, n. 430, 11 jun. 1925.

O HORROR DA ROÇA. *Correio da Lavoura*, Nova Iguaçu, Ano I, n. 25, 06 set. 1917.

O NOSSO ANIVERSÁRIO. Ano V, n. 210, p.1, 22 mar. 1921.

O NOSSO 5º ANIVERSÁRIO. *Correio da Lavoura*. Nova Iguaçu, Ano VI, n. 262. 22 mar. 1922.

O SANEAMENTO DO BRASIL. *Correio da Lavoura*, Nova Iguaçu, Ano I, n. 49, 21 fev. 1918.

OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

PANTOJA, Sílvia. As raízes do pessedismo fluminense. A política do interventor (1937-1945). Rio de Janeiro: CPDOC, 1992. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/6578/795.pdf?sequence=1>. Acessado em 06 jan. 2011.

PELA INSTRUÇÃO. *Correio da Lavoura*. Nova Iguaçu, Ano I, n. 1, p. 1, 22 mar. 1917.

PELO ENSINO AGRICOLA EXTENSIVO. Graccho Cardoso. *Correio da Lavoura*. Nova Iguaçu, Ano XVI, n. 802, 28 jul. 1932.

QUE É RURALISMO. Renato Fleury. *Correio da Lavoura*, Nova Iguaçu, Ano XX, n. 1029, 10 dez. 1936.

SILVINO DE AZEREDO. Dados biográficos. Por Luiz Martins de Azeredo, *Correio da Lavoura*, Nova Iguaçu, Suplemento Especial, 24 mar. 2007.

Recebido em 12 de abril de 2014.

Aceito em 12 de maio de 2014.